

**Educomunicação socioambiental e a Política Nacional de Educação Ambiental
(Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999)**

**Socio-environmental educommunication and the National Policy for
Environmental Education (Law nº 9.795, of April 27, of 1999)**

BENEDITO, Samiles Vasconcelos Cruz¹

BRANDÃO, Amaurícia Lopes Rocha²

Resumo: As constantes transformações sociais e o avanço da tecnologia influenciam o modo de interagir, pensar e agir dos indivíduos. Essas mudanças estabelecem uma nova conduta no ambiente escolar, uma elevação no nível de criticidade e reflexão sobre os conteúdos disseminados nas mídias digitais. Nesse contexto, é imprescindível a capacitação docente para o uso dos recursos tecnológicos, facilitando o processo de ensino-aprendizagem e a promoção da interação para e com a comunidade escolar, principalmente no que concerne as causas socioambientais, e a Educomunicação atua como uma ponte nesse processo. O objetivo deste trabalho é realizar uma abordagem bibliográfica sobre Educomunicação na perspectiva da Educomunicação Socioambiental, mídia-educação e formação de professores, além disso, enfatiza sobre as leis que regem o ensino e a implementação da Educação Ambiental no Brasil. A metodologia adotada consistiu numa pesquisa bibliográfica acerca dos conceitos e ações de Educomunicação e sua relação com a Educação Ambiental. A literatura utilizada é proveniente da base de dados da SciELO (Scientific Electronic Library Online) e revistas científicas online da área de Comunicação, Educação e Educação Ambiental. A busca foi feita a partir das combinações nas línguas portuguesa e inglesa, das palavras “educomunicação”, “educomunicação socioambiental”, “educação ambiental” e “formação docente”.

Palavras-chave: Meio Ambiente; Formação Docente; Comunicação; Mídia.

Abstract: Social transformations and technological advances are constantly influencing the way individuals interact, think, and act. These changes establish a new approach in the school environment, leading to an increase in the level of critical thinking and reflection about the information disseminated in digital media. Therefore,

1 Graduada em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, Campus Acaraú, ano 2018. Especialista em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, Campus Acaraú, ano 2020. Especialista em Formação em Educação a Distância pela Universidade Paulista - UNIP, ano 2021. E-mail: samilescruz@gmail.com

2 Graduação em Comunicação Social: Publicidade e Propaganda, pela Faculdade Integrada do Ceará, ano 2008. Especialização em Turismo e Meio Ambiente pela Universidade Estadual do Ceará, ano 2011. Mestre em Gestão de Negócios Turísticos, pela Universidade Estadual do Ceará, ano 2015. E-mail: amauricialopes@ifce.edu.br.

it's essential to promote teacher training for the use of technological resources, to enhance the teaching-learning process and to promote interaction for and with the school community, with emphasis on social-environmental causes, using Educommunication as a bridge in this process. This article aims to carry out a bibliographic approach on Educommunication from the perspective of Socio-environmental Educommunication, media-education, and teacher education. It also emphasizes the laws that guide the teaching and implementation of Environmental Education in Brazil. The methodology adopted consists of bibliographic research about the concepts and practices of Educommunication and its relationship with Environmental Education. The literature used comes from the SciELO (Scientific Electronic Library Online) database and online scientific journals in Communication, Education, and Environmental Education. The search was carried out using combinations in Portuguese and English of the words "educommunication", "socio-environmental educommunication", "environmental education", and "teaching training".

Key words: Environment; Teaching Training; Communication; Media.

1 INTRODUÇÃO

A Educomunicação é um processo colaborativo que contribui para a formação de agentes críticos acerca dos materiais produzidos pelas mídias, levando à reflexão e ao questionamento, de modo que o cidadão perceba as informações não apenas com o olhar unilateral midiático (BRANCO; KALHIL, 2015). É uma modalidade da educação que possibilita a construção de ecossistemas comunicativos abertos, dialógicos e criativos, em espaços onde ocorre a construção do conhecimento (CORREIA; FASSARELA, 2015). O novo modelo de comunicação imposto pela tecnologia evoca discussões acerca da midiaticização no ambiente escolar e da construção do conhecimento a partir do diálogo (COSTA, 2015a). Muito embora o contexto atual seja composto de nativos digitais, isso não significa dizer que estes dominam a tecnologia em todos os seus aspectos, principalmente no que diz respeito ao âmbito educacional.

O uso das redes sociais com viés educativo exige discernimento, e o despreparo pedagógico deve ser evitado, já que compromete o processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista que o ambiente virtual deve ser navegado com a atenção redobrada.

Os meios eletrônicos desempenham o papel de enunciar as informações. Dentro desse processo de significação da comunicação percebe-se o uso de

linguagens verbal e não-verbal (através de imagens, gestos e ações), o que permite estabelecer uma comunicação para e com a sociedade, construindo processos socioculturais dinâmicos (GOMES, 2016). Dentre os temas transversais abordados em sala de aula, esta pesquisa destacará a Educação Ambiental, que deve ser trabalhada no contexto escolar em todos os níveis e modalidades de ensino, como prática transformadora, a fim de estabelecer uma conexão entre os indivíduos e o meio ambiente, culminando na construção de um espaço de socialização propício a discussões sobre os mais diversos temas.

Considerando a importância do processo de formação continuada e a relevância de se trabalhar os conceitos de Educação Ambiental de um modo transdisciplinar, este artigo tem como objetivo realizar uma abordagem bibliográfica sobre Educomunicação na perspectiva da Educomunicação Socioambiental, mídia-educação e formação de professores, além disso, enfatiza sobre as leis que regem o ensino e a implementação da Educação Ambiental no Brasil.

2 METODOLOGIA

A metodologia aplicada neste trabalho consiste na pesquisa bibliográfica, método que permite incluir literatura teórica e empírica, bem como estudos com diferentes abordagens metodológicas (quantitativa e qualitativa). Nessa perspectiva os estudos são analisados sistematicamente e direcionados à definição de conceitos, identificação de lacunas nas áreas de estudos, revisão de teorias e análise metodológica sobre um determinado tópico (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Os artigos foram selecionados na plataforma SciELO (Scientific Electronic Library Online) e revistas científicas online da área de Comunicação, Educação e Educação Ambiental. A busca foi feita a partir das combinações nas línguas portuguesa e inglesa, das palavras “educomunicação”, “educomunicação socioambiental”, “educação ambiental” e “formação docente”. Em seguida a amostra (n=101), foi pré-selecionada por meio de análise dos títulos, dos resumos e de adequação ou não aos critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão definidos foram: artigos publicados em português, inglês e espanhol; artigos na íntegra que retratassem a temática referente à revisão integrativa e artigos publicados e

indexados nos últimos dez anos. E os de exclusão foram: artigos com objetivos não condizentes com o objeto deste trabalho; artigos que não representassem trabalhos clássicos da área.

3 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A LEI Nº 9.795 DE 27 DE ABRIL 1999

O movimento ambientalista iniciou-se na década de 1960 nos Estados Unidos, no período pós Segunda Guerra Mundial, impulsionado pela publicação do livro Primavera Silenciosa (Silent Spring) de Rachel Carson, em 1962. A obra denunciava os perigos do uso de inseticidas na agricultura (o DDT) e como esses elementos químicos afetavam animais e, conseqüentemente, a saúde das pessoas (ONU BRASIL, 2019).

A temática ambiental foi inserida ao cenário internacional na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada na Suécia em 1972 (BRASIL, 2005b). Esse evento influenciou a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que em conjunto com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), estabeleceu princípios para a criação do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), que reconhecia a necessidade de criar programas de Educação Ambiental (EA) em âmbito mundial (BARBIERI; SILVA, 2011) e a Declaração da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ressalta “a necessidade de um critério e de princípios comuns que ofereçam aos povos do mundo inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente humano” (ONU BRASIL, 2019).

Em 1975, o Simpósio Internacional de Educação Ambiental, em Belgrado (Sérvia), cujo documento final, a Carta de Belgrado, trazia diretrizes para a EA sob a ótica do desenvolvimento sustentável, conceito ainda não utilizado na época (BARBIERI; SILVA, 2011). O respectivo documento expressa os seis objetivos da EA: tomada de consciência, conhecimentos, atitudes, aptidões, capacidade de avaliação e participação (CARTA DE BELGRADO, 1975).

No ano de 1977, em Tbilisi, na Geórgia, a UNESCO realizou um dos eventos mais importantes do PIEA, a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, emergindo a ideia de que esta deve ter enfoque multidisciplinar e integracionista, sendo anunciadas 41 recomendações (BARBIERI; SILVA, 2011).

A Declaração de Tbilisi reafirma a Declaração de Estocolmo, destacando a importância de preservar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. Além de enfatizar a relevância da educação escolar como fator essencial para a criação da consciência ambiental, com a compreensão dos problemas ambientais que afetam o mundo (DECLARAÇÃO DE TBILISI, 1977).

No Brasil, em 1981, foi estabelecida a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938), o marco da institucionalização da Educação Ambiental no ensino formal em todos os níveis de ensino do país e o parecer nº 226/87, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação Brasileiro, incluía a Educação Ambiental em caráter interdisciplinar nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio.

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, foi instituído durante o Fórum Global na Conferência sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, Rio-92, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992. O documento elaborado no âmbito da sociedade civil, reconhecia a EA como um processo dinâmico em permanente construção (BRASIL, 2005b) e resultou também na criação da Agenda 21 (BRASIL, 2019).

Ainda durante a Rio-92, foi produzida a Carta Brasileira para a Educação Ambiental, que reconhecia a EA, como instrumento que viabiliza a sustentabilidade (BRASIL, 2005b). A Lei nº 9.795 de 1999, instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, que insere a EA como componente essencial da Educação Nacional devendo estar presente em todos os níveis do ensino, permitindo aos indivíduos a construção de valores sociais, conhecimentos, atitudes e competências voltadas à conservação do meio ambiente (BRASIL, 2008).

Entretanto, essa lei foi regulamentada somente em 2002, por meio do Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002 (BRASIL, 2010). O artigo 1º da Lei nº 9.795/99 dispõe sobre o conceito de Educação Ambiental e afirma que:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais,

conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 2010, p.203).

E estabelece no seu artigo 2º, que:

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (BRASIL, 2010, p.203).

Entende-se, portanto, que articular os conhecimentos de Educação Ambiental é de suma importância para o desenvolvimento estudantil e ao mesmo tempo, é dever da escola dialogar com a comunidade e incentivar a formação continuada dos professores sobre essa temática independentemente do componente curricular que o docente leciona, estimulando a interdisciplinaridade.

O art. 8º dispõe sobre as atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

- I - capacitação de recursos humanos;
- II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;
- III - produção e divulgação de material educativo;
- IV - acompanhamento e avaliação (BRASIL, 2010, p.207).

O parágrafo 2º do referido artigo ressalta a importância da formação em Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, enquanto que o parágrafo 3º dispõe sobre ações de estudos, pesquisas e experimentações:

- I - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino;
- II - a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental;
- III - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental;
- IV - a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental;
- V - o apoio a iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo
- VI - a montagem de uma rede de banco de dados e imagens, para apoio às ações enumeradas nos incisos I a V (BRASIL, 2010, p.208).

Em junho de 2012, publica-se a resolução nº 2 de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental – DCNEA, elaborada pelo Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2012) e que está em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

4 O QUE É EDUCOMUNICAÇÃO?

De acordo com Soares (2004), o conceito de Educomunicação pode ser definido como:

O conjunto de ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais assim como melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas incluindo as relacionadas ao uso dos recursos da informação no processo de aprendizagem (SOARES, 2004, p.1).

Para Gomes (2016) faz-se necessário compreender como a crescente expansão dos meios de comunicação provoca mudanças culturais que afetam as sociedades nas suas diferentes práticas sociais. O autor define midiatização “como um conceito para descrever o processo de expansão dos diferentes meios técnicos e considerar as interrelações entre a mudança comunicativa dos meios e a mudança sociocultural (GOMES, 2016, p.1)”.

A Educação para a comunicação inclui a reflexão sobre os veículos de comunicação e análise de conteúdo contribuindo para a formação de receptores autônomos e críticos; a mediação tecnológica envolve o uso de recursos tecnológicos nos processos educacionais, seja presencial ou à distância; a gestão comunicativa volta-se para a criação e avaliação de ecossistemas comunicativos; enquanto que a reflexão epistemológica induz a reflexão acadêmica da própria Educomunicação (SOARES, 2009). Soares (2013) também destaca que no campo da Educomunicação há um número maior de áreas de intervenção: educação para a comunicação; expressão comunicativa através das artes; mediação tecnológica na educação;

pedagogia da comunicação; gestão da comunicação; reflexão epistemológica e produção midiática para a educação.

A relação estabelecida entre mídia-educação e educação e comunicação suscita discussões sobre a formação de professores no cenário atual mediante o uso das mídias no contexto escolar (ANNIBAL; LUVIZOTTO; ALANIZ, 2017).

A utilização das mídias no processo educacional não pode ser percebida apenas como complemento do ensino formal e presencial, mas como processo mediador na construção de novos sentidos para a escola e para o docente (ANNIBAL; LUVIZOTTO; ALANIZ, 2017). A Educomunicação possibilita uma gama de reflexões acerca do saber e fazer docente. É, portanto, primordial que o profissional da educação aprimore a práxis pedagógica, adequando-a, que desperte o interesse e permita a interação discente-docente (COSTA, 2015b).

Assim, o educador socioambiental terá a missão de favorecer a formação de espaços dialógicos, onde seja possível estabelecer conexões e analisar os discursos midiáticos buscando extrair informações que conduzam a percepção e a formação de valores voltados à construção de sociedades mais sustentáveis.

O elo de intersecção da Educomunicação com a Educação Ambiental está no fato de ambas possuírem um caráter interdisciplinar e transdisciplinar. Dessa junção surge o termo Educomunicação Socioambiental.

5 PRESSUPOSTOS DA EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Educomunicação Ambiental ou Socioambiental é uma expressão recente no campo da Educação Ambiental e refere-se às ações e valores voltados ao âmbito pedagógico dos processos comunicativos ambientais, com destaque para o dialogismo, a participação e o trabalho coletivo (BRASIL, 2008). Cujas diretrizes estão descritas no documento intitulado “Programa de Educomunicação Socioambiental” produzido pelo Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2005a).

As questões sociais e ambientais são indissociáveis no fazer pensar dos atos educativos e comunicativos, esse aspecto é ressaltado pelo termo socioambiental. Em relação à dimensão pedagógica está pautada no “como” os saberes são gerados e “o

que” se aprende na produção cultural, na interação social e com a natureza (BRASIL, 2008).

Os princípios da Educomunicação Socioambiental versam o dialogismo e interatividade; a transversalidade e intermediaticidade; encontro e integração; proteção e valorização do conhecimento tradicional e popular; e acessibilidade e democratização (BRASIL, 2005a).

A Educomunicação Socioambiental é uma prática de democracia, sustentabilidade e liberdade e, nesse sentido, mantém estreita relação com as demais políticas de proteção da vida e promoção dos direitos humanos, sendo assim, é um meio de efetivação do direito à comunicação, desse modo, fazer educação e fazer comunicação é mais que um ato profissional, é um direito e uma ação emancipatória de todo cidadão (BRASIL, 2008).

Refletir sobre as práticas socioambientais, é uma questão que envolve todos os segmentos da sociedade nas suas distintas formas de organização social, pois o uso desenfreado do meio ambiente e de seus ecossistemas evidenciam um contexto marcado pela crise ambiental (CORREIA; FASSARELA, 2015).

Portanto, a Educomunicação Socioambiental é uma poderosa ferramenta condutora de informação, pois através da produção de mídias nos espaços educativos torna-se possível alcançar e conduzir a reflexão um grande número de espectadores da comunidade onde os produtores midiáticos estão inseridos.

5.1 PRÁTICAS DE EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

As diretrizes para o desenvolvimento de ações em Educomunicação Socioambiental estão previstas nas leis ambientais brasileiras, como a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e também no Programa Nacional de Educomunicação Socioambiental.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, a Educomunicação Socioambiental:

[...] não responde a todas as necessidades de construção de uma política de comunicação ambiental. Mas corresponde à dimensão pedagógica dos processos comunicativos associados à questão

ambiental que, na perspectiva do ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental, se quer presente como competência em conteúdos de educadores e educadoras ambientais, bem como de todos os canais e atores da comunicação social do país (BRASIL, 2008, p.5).

Marques e Nicolodi (2021) denotam esse processo educ comunicativo através da produção de material audiovisual sobre temáticas da Gestão Costeira Integrada (GCI), analisando suas potencialidades sob a ótica da Educação Ambiental e da compatibilidade com os princípios da Educomunicação Socioambiental, destacando a importância do direito à educação, à informação e à comunicação.

O *e-book* Guia prático em Educomunicação Socioambiental, elaborado pelas autoras deste artigo, assinala a importância de desenvolver ações educ comunicativas no aspecto da formação continuada docente em todos os seus níveis de ensino. O respectivo material encontra-se disponível para leitura na plataforma online Issuu.com (BENEDITO; BRANDÃO, 2019).

De Freitas e Ferreira (2020) trazem uma abordagem da Educomunicação Socioambiental no âmbito da Educação Infantil ao realizar uma decupagem fílmica quantitativa do documentário *1,2,3 Brincando – Reinventando os Espaços Escolares*.

Enquanto que Citelli e Falcão (2020) abordam a Educomunicação Socioambiental numa perspectiva urbana, evocando discussões acerca da problemática ambiental e o crescimento e/ou progresso das cidades na ótica do desenvolvimento econômico e sustentável.

É válido mencionar as contribuições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no que concerne às competências gerais da Educação Básica, dentre elas, a competência da cultura digital. Reconhecendo a importância e o impacto da tecnologia no cotidiano, estabelecendo que o aluno deve:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BNCC, 2017, p.9).

A BNCC também enfatiza o aspecto transversal dos temas contemporâneos, como por exemplo a Educação Ambiental, Ciência e Tecnologia, cabendo aos sistemas de ensino abordá-los de forma contextualizada.

Com relação aos campos de aplicação para a Educomunicação Socioambiental no Brasil, o Ministério do Meio Ambiente apresenta várias linhas de ação, dentre elas destacamos: Educomunicação nos Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis; Educomunicação nas Redes de Educação e / ou de Comunicação Ambiental; Educomunicação nas relações escola – *mídia*, entre outras ações (BRASIL, 2008).

5.2 EDUCOMUNICAÇÃO NO ENSINO REMOTO

Os paradigmas educacionais nesse período de pandemia passaram a ser revistos e coube aos educadores adaptar suas metodologias de ensino, partindo de uma abordagem metodológica tradicional para o mundo *hightech* num curto espaço de tempo.

O ensino remoto passou a ser ofertado em caráter emergencial em todo o país e as práticas educacionais utilizando mídias como o rádio, *podcasts*, produção de vídeos, criação de *posts* para as redes sociais e outros produtos digitais, foram inseridos com mais ênfase no cotidiano escolar. Tal mudança evidenciou ainda mais a necessidade de formação docente para o uso das mídias no contexto educacional, não somente pelo uso do recurso em si, mas em virtude do educar para e com as mídias, a fim de auxiliar os estudantes a compreender os processos comunicacionais e a perceber as nuances dos conteúdos veiculados nessas plataformas. Moraes *et al.* (2021) salientam que:

O conceito educomunicação possibilita diversas técnicas, métodos e modos de fazer educação comunicando e a comunicar educando. Não possui rótulos ou modelo cristalizado e, nestes aspectos, está sua vasta aplicabilidade (MORAES *et al.*, 2021, p.19).

Em entrevista para o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), o educador Carlos Lima afirma que:

A comunicação é a parte mais importante da tecnologia, não o contrário. Quando pensamos assim conseguimos dar um passo à frente. Talvez o mais relevante seja olhar a educação para a comunicação como uma possibilidade e, a partir daí, quebrar um pouco dessas resistências. A educomunicação ajuda muito nesse processo, neste momento de pandemia e educação remota, híbrida, ou mesmo na presencial (CENPEC, 2020, p.1).

A Educomunicação norteia as ações no campo pedagógico, contribuindo na mediação das atividades virtuais e não-virtuais. Nesse período de ensino remoto, as mídias e os recursos tecnológicos atuam como ferramentas mediadoras do processo de ensino e aprendizagem, assim sendo, desenvolver atividades que estimulem a criticidade e que contribuam na aquisição de habilidades cognitivas, socioemocionais e competências digitais tem sido uma tarefa desafiadora tanto para os educadores quanto para os educandos.

Para Moreira (2020), “os ecossistemas digitais de aprendizagem, [...] estão sendo constantemente desafiados pelo enorme fluxo de conteúdos, pelas múltiplas plataformas e sistemas de *medias*, [...] que provocam um conjunto de mudanças, não só tecnológicas, mas também sociais e culturais (MOREIRA, 2020, p. 4)”.

6 CONCLUSÕES

Para que ocorra a integração entre Educação e Comunicação, faz-se necessário desenvolver nos docentes o processo educ comunicativo, no qual envolve mídias, tecnologias e linguagens, de modo que essa prática seja aprimorada a partir do estabelecimento de uma relação emancipadora com as mídias.

Amparada na transdisciplinaridade, a Educomunicação Socioambiental possibilita o trabalho coletivo e o engajamento de professores de diferentes disciplinas ao abordarem a temática Educação Ambiental. São inúmeras as possibilidades de integrar nas ações educacionais elementos da Educomunicação Socioambiental, seja em espaços formais e não-formais de aprendizagem. Discutir as possibilidades da Educomunicação em tempos de covid-19 é um desafio que engloba todos os setores da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ANNIBAL, S. F.; LUVIZOTTO, C. K.; ALANIZ, E. P. Mídia-educação, educomunicação e formação de professores. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 14, n. 26, 2017. Disponível em: < <https://www.alaic.org/revista/index.php/alaic/article/view/924>>. Acesso em: 23 set. 2018.
- BARBIERI, J.C.; SILVA, D. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online) [online]**. 2011, v.12, n.3, pp.51-82. ISSN 1678-6971. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ram/v12n3/a04v12n3.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2019.
- BNCC. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em:< <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- BENEDITO, S.V.C.; BRANDÃO, A.L.R. **Guia prático em Educomunicação Socioambiental**. Acaraú – CE, 2019. Disponível em: < https://issuu.com/samilescruz/docs/guia_pr_tico_em_educomunica_o_socioambiental>. Acesso em: 25 out. 2021.
- BRANCO, A. K. A.C.; KALHIL, J. D. B. A educomunicação e suas contribuições na formação de professores de ciências. **Revista Tecnologias na Educação**, ano 7, n.12 , jul. 2015. Disponível em:< <http://tecedu.pro.br/wp-content/uploads/2015/07/Art20-vol12-julho2015.pdf>> . Acesso em: 24 set. 2018.
- BRASIL. **Legislação brasileira sobre meio ambiente**. – 3. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 576 p. – (Série legislação; n. 58). Disponível em: < <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/1362>>. Acesso em: 14 jul. 2021.
- _____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:< <https://bit.ly/3iaG4IP>>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Brasília, 2012. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf>. Acesso em: 07 maio 2019.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. **Programa de Educomunicação Socioambiental**. Série Documentos Técnicos 2. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2005a. Disponível em: < https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_02.pdf>. Acesso 06 maio 2018.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. (ProNEA). **Educomunicação socioambiental: comunicação**

popular e educação. Organização: Francisco de Assis Morais da Costa. Brasília: MMA, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/3IRhDAs>>. Acesso em: 07 maio 2018.

_____. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA.** Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. - 3. ed - Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005b. Disponível em: <<https://bit.ly/3knmfke>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

CARTA DE BELGRADO. Uma estrutura global para a educação ambiental. 1975. Disponível em: <<https://bit.ly/3ilZjee>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

CENPEC Educação. **APC aborda uso de rádio e vídeo no ensino remoto.** 2020. Disponível em: <<https://www.cenpec.org.br/noticias/formacao-aborda-a-educacao-remota-por-radio-e-video>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CITELLI, A.; FALCÃO, S. P. Educomunicação Socioambiental: cidade e escola. Intercom, **Rev. Bras. Ciênc. Comum**, 43 (2), 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-5844202021>>. Acesso em: 06 ago. 2021.

CORREIA, F. L.; FASSARELLA, S. S. A educomunicação nas práticas de educação ambiental: relato de experiência do Projeto de Extensão Coleta Seletiva CEUNES/UFES. **Revista Guará**, n. 4, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/guara/article/view/11485>>. Acesso em: 26 set. 2018.

COSTA, E.R. Mídia e escola: dos discursos às práticas. **Parágrafo**, v.3, n.1, 2015a. ISSN: 2317- 4919. Disponível em: <<https://bit.ly/2VKeASW>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

COSTA, K. C. E. **Educomunicação:** campo, interdisciplinaridade e formação. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). **Literacia, Media e Cidadania** - Livro de Atas do 3.º Congresso Braga, p. 298 -311, 2015b. Disponível em: <<https://bit.ly/3B2Kdao>>. Acesso em: 27 set. 2018.

DECLARAÇÃO DE TBILISI. **Algumas Recomendações da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental aos Países Membros** (Tbilisi, CEI, de 14 a 26 de outubro de 1977). Disponível em: <<https://bit.ly/3yYLFc5>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

DE FREITAS, J. V.; FERREIRA, F. N. Educomunicação Socioambiental como estratégia pedagógica no Ensino Infantil. **Educ. Form.**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 54–72, 2020. DOI: 10.25053/redufor.v5i14mai/ago.1449. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1449>>. Acesso em: 6 ago. 2021.

GOMES, P.G. Mídia e escola: um conceito, múltiplas vozes. **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 23, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2U86nay>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

MARQUES, V. C.; NICOLodi, J. L. Ferramentas de Educomunicação Socioambiental: subsídios para a Gestão Integrada da Zona Costeira. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 385–408, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/2U8Zmq2>>. Acesso em: 6 ago. 2021.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Agenda 21**. 2019. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>>. Acesso em 09 nov. 2019.

MORAES *et al.* Educomunicação em tempos de crise: adaptação de projetos no apoio ao ensino remoto. **Expressa Extensão**. ISSN 2358-8195, v. 26, n. 1, p. 17-30, JAN-ABR, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ab68uW>>. Acesso em: 04 ago. 2021.

MOREIRA, J. A. M. Pedagogias em diferentes espaços educativos. Entrevista cedida a Adriana Aparecida de Lima Terçariol e Rosiley Aparecida Teixeira. **Dialogia**, São Paulo, n. 34, p. 2-7, jan./abr. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5585/Dialogia.N34.17342>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

ONU BRASIL. **A ONU e o meio ambiente**. 2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

SOARES, I. O. **Alfabetização e Educomunicação**: O papel dos meios de comunicação e informação na educação de jovens e adultos ao longo da vida. 2004. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/89.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2019.

_____. Educomunicação: as múltiplas tradições de um campo emergente de intervenção social na Europa, Estados Unidos e América Latina. In: LIMA, J. C.; MELLO, J. M. (Orgs.). **Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil (2012/2013)**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2UQ5ZgN>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

_____. Caminos de la educomunicación: utopias, confrontaciones, reconocimientos. **Nómodas**, Universidade Central, Bogotá, Colombia, 2009, n. 30, p. 194-207. Disponível em: <<https://bit.ly/2UQPNfh>>. Acesso em: 08 out. 2019.

SOUZA, M.T.; SILVA M.D.; CARVALHO R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, 2010; 8 (Supl. 1):102-106. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102>. Acesso em: 21 out. 2019.